

# Intervenções temporárias no espaço público da cidade de Natal - RN: O caso do movimento Eco Praça

Manuela Carvalho<sup>a</sup>  e Ruth Ataíde<sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: contatomcarquiteta@gmail.com

<sup>b</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DARQ), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: rataide\_58@hotmail.com

*Submetido em 20 de março de 2019. Aceito em 30 de julho de 2019.*

---

**Resumo.** *A atual conformação das cidades e o marcante distanciamento das pessoas do espaço público têm proporcionado o aparecimento de movimentos sociais de naturezas diversas que reivindicam novas formas de uso e apropriação do espaço. Nesse contexto, o movimento Eco Praça surge em Natal-RN como um projeto de intervenções temporárias que se fundamenta na mobilização social, estimulando o uso de praças subutilizadas, promovendo a transformação no seu uso e apropriação pelos moradores da cidade. Este artigo, que resulta de uma pesquisa exploratória, analisa esses processos e a significância deste movimento enquanto uma ação de resistência no âmbito local com ênfase na morfologia das praças e na percepção dos agentes envolvidos direta e indiretamente.*

**Palavras-chave.** *apropriação do espaço público, territórios alternativos, resistência, lugar, Eco Praça.*

---

## Introdução

O espaço urbano é um laboratório de experiências e de construção de identidades. Apropriar-se dele é reaproximar os corpos da rua, buscar novas formas de manifestação, ao mesmo tempo que pensa em como transformar e criar/recriar lugares coletivamente. No contexto atual, o uso lúdico dos espaços pelos movimentos temporários de resistência, assim como a ocupação de áreas subutilizadas com o estímulo ao retorno das pessoas às ruas, constituem ações que interferem e alteram o tratamento dos nossos espaços públicos, na medida em que evidenciam alguns problemas enfrentados pela sociedade contemporânea.

Tais problemas se materializam nas cidades por meio das ações que privilegiam os interesses individuais em detrimento dos coletivos, por exemplo, na produção de grandes escalas de planejamento, na priorização do transporte motorizado, na transformação do público em espaços

privados, maquiados e vendidos pelo consumo, entre tantas outras ações que modificam o espaço na contemporaneidade.

Assim, a ocupação de espaços públicos abandonados, de praças, parques e canteiros, ou mesmo de resíduos do espaço privado da cidade formal, torna-se significativa ao promoverem alterações na sua dinâmica espacial e formas de utilização, assim como de outras alternativas para se viver a cidade.

Nesse sentido, o movimento “Eco Praça” – objeto de estudo deste trabalho e caracterizado aqui como um tipo de intervenção temporária – merece destaque por se tratar de uma ação requalificadora e transformadora na cidade de Natal-RN, que ao ocupar diversas praças subutilizadas, promoveu, ainda que temporariamente, a apropriação e a ressignificação desses espaços pela população.

O propósito do estudo foi compreender essas ações temporárias como geradoras de novas

práticas coletivas e a sua relação com o restabelecimento das condições de vitalidade e urbanidade nos espaços ocupados e em seus respectivos entornos. Com isso, buscou-se analisar não apenas o espaço físico contido nos limites das praças, mas também o processo de apropriação dessas pelas pessoas e a significância do movimento enquanto ação de resistência no contexto da cidade de Natal. As considerações da pesquisa tiveram como enfoque principal a forma como essas praças eram utilizadas – durante e depois das intervenções –, assim como a relação do existente (espaço físico e inserção dele nos respectivos entornos com as ocupações). Ainda, analisou-se a natureza do movimento enquanto ação transformadora desses espaços e a rua em relação com a percepção das pessoas envolvidas.

### **Morfologia, intervenções temporárias e a criação de novos lugares na cidade**

O espaço público surge como palco principal das representações sociais, culturais e políticas, respondendo assim aos discursos dos agentes públicos e da sociedade em geral. As configurações morfológicas dele refletem e influenciam o modo como os indivíduos e grupos sociais usam a cidade, as suas relações com o cotidiano, a cultura e os costumes. Essa cidade, lida através do corpo e dos seus usos manifestos nos lugares, adquire significado e torna-se o principal palco de estudo dessas experiências.

A partir dessa compreensão, notam-se as diferentes formas de transformação dos espaços das cidades, muitos desprovidos de vitalidade e complexidades sociais, seja pelas relações mais fluidas e individualistas, resultantes de um modelo funcionalista de planejamento urbano, ou por transformações inevitáveis, que surgem devido às estruturas sociais/políticas emergentes. Nesse sentido, os espaços públicos são os mais afetados, tranparecendo na subutilização dele e no seu distanciamento, a necessidade de constante apropriação e ocupação por parte das pessoas.

Alessandra Olivi (2012, p. 4) considera que o atual modelo de produção do espaço urbano sob os moldes capitalistas se apropria dos lugares da vida e dos seus significados, e ameaça a capacidade de identificação pessoal e cultural. Isso prejudicará drasticamente a vida urbana e a reprodução das múltiplas identidades que a compõem. Para a autora:

*O resultado desse processo é um espaço fragmentado, individualista e sem identidade, marcado pela privatização dos espaços públicos, pela ausência de corpos na cidade e por uma cultura do espetáculo, que padroniza pensamentos, comportamentos e ações das pessoas, gerando uma nova lógica da dinâmica urbana (Olivi, 2012, p. 04).*

O ato de ocupar, ressignificar, recriar novos lugares na cidade, passa a emergir como resistência e reinventa, através de diversas práticas efêmeras, os espaços da cidade. No caso do presente estudo são destacadas as intervenções temporárias expressas no Movimento “Eco Praça” como formas de apropriação que surgem de maneira despretensiosa, muitas vezes pouco organizadas, mas que tentam transformar a vida pública por meio de práticas simples, as quais visam dar uma maior dimensão à necessidade de viver e reposicionar as práticas coletivas na cidade.

Tais intervenções são definidas como temporárias por não promoverem necessariamente ações de longo prazo ou tampouco se organizarem em torno de um cronograma rígido. Movidas por novos conceitos, como o urbanismo tático<sup>1</sup> e o *placemaking*<sup>2</sup>, essas ações buscam, por meio de iniciativas simples de ocupação do espaço público, promover transformações no cotidiano das pessoas que observam e também interagem com elas. Em geral, essas práticas permitem que se possa apreciar e compreender a cidade de forma lúdica, entendida pela corpografia<sup>3</sup> e significada pelo uso e pela criação de lugares.

Para Adriana Sansão Fontes (2013, p. 36), as intervenções temporárias são basicamente ações intencionais que buscam transformar o espaço de forma efêmera, sem necessariamente manter uma temporalidade. São em sua maioria pequenas, particulares em relação aos locais utilizados, subversivas, pois não seguem um padrão único, e interativas por estimularem a socialização. A autora classifica essas ações na forma de apropriações espontâneas, intervenções de arte pública e festas locais, mas, principalmente, as caracteriza com a marca principal da intencionalidade transformadora, na medida em que rompem com o cotidiano, transitando sempre entre os usos comuns da cidade e os grandes eventos.

Essas ações fortificam as relações já propostas nos espaços e fomentam, por meio das ações lúdicas e corpóreas, a criação de novos lugares. Para Vicente Del Rio (1990), o lugar corresponde ao conjunto de elementos que conformam o nosso ambiente mais imediato: “São muito fortes, e empiricamente verificáveis, as sensações de pertencer, de proteção, de territorialidade, de domínio” (Del Rio, 1990, p. 88).

Segundo esse autor, a psicologia ambiental permite compreender o lugar a partir da comparação dele com o espaço e esse tem em suas dimensões uma espacialidade física; enquanto o lugar está mais presente como uma dimensão psicológica, o espaço “é mensurável, o lugar é holístico” (Del Rio, 2003, p. 14).

Del Rio destaca ainda que a partir dos estudos do psicólogo ambiental David Canter, o lugar pode ser definido por três dimensões: as atividades que ocorrem nele, as concepções desse ambiente construído e seus atributos físicos, como mostra o diagrama:



**Figura 1.** Diagrama de Venn indica o conceito de lugar pelas suas intersecções (fonte: produzido pelas autoras a partir de Del Rio, 2003).

Na mesma concepção urbanística de Del Rio (1990), Lineu Castello (2006) destaca dois momentos em que a noção de lugar ganha destaque no século XX: no modernismo e nas teorias arquitetônicas-urbanísticas pós-modernas. Para o autor, durante o modernismo, o conceito de lugar foi visto com certo desinteresse:

*O conceito de lugar não chega a ser expresso de maneira clara no Modernismo. A expressão lugar*

*permanece geralmente subentendida, ainda que sempre recebendo um forte e explícito viés de funcionalidade: lugares seriam aqueles espaços urbanos cuidadosamente localizados, quantificados e definidos, destinados basicamente ao desempenho de funções de cunho social. Ou seja: espaços nos quais as pessoas iriam se encontrar e realizar seus contatos sociais, esperando-se que, nesse exercício, fossem sociabilizar comunitariamente em seus relacionamentos interpessoais. Lugares, numa visão como essa, não seriam mais do que áreas funcionais destinadas ao exercício da sociabilização, isto é, áreas destinadas a funcionar como espaços de convívio (Castello, 2006, p. 80).*

Já durante o pós-modernismo, segundo Castello (2006), o tema do lugar passa a enquadrar-se em um enfoque mais fenomenológico, conceituando “lugar de modo a considerá-lo como algo mais do que uma mera localização espacial” (Castello, 2006, p. 82). Com isso:

*O peso fenomenológico que o conceito encerra vê-se consideravelmente aumentado: lugar é consagrado como conceito urbano de natureza fenomenológica. A cidade, percebida por suas características de produção de bens e serviços é, também, percebida por suas características de produção de experiências humanas. Experiências que se processam em uma rede de lugares: lugares que se preocupam com humanismo e com a concretização do espaço existencial [...] A compreensão de lugar como fenômeno passa vigorosamente a pressionar com cada vez maior intensidade as ponderações da intelectualidade arquitetônico-urbanística da época (Castello, 2006, p. 83).*

Ao tratar do lugar como parte da experiência humana em um campo de estudo mais ligado à geografia urbana, Ana Fani Alessandri Carlos (2007) admite o lugar como a base da reprodução da vida, que pode ser identificado pelo conjunto – habitante, identidade e lugar. Esse lugar surge pelas relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados

que se exprimem no uso, no acidental: “É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (Carlos, 2007, p. 17). Assim, afirma a autora:

*O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si (Carlos, 1996, p. 29).*

Para Carlos (2007), o lugar não nos propõe o entendimento enquanto parte associada do espaço, mas como parte do processo de reprodução da vida. Assim, o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (Carlos, 2007, p. 14).

Nesse mesmo sentido, Eugenio Queiroga (2012) traz o lugar enquanto “lugar público”, como aquele espaço que se situa como o local que é apropriado pelo coletivo, mesmo não se trata de um espaço público propriamente dito; podendo, portanto, combinar espaços públicos e privados. Para o autor, o lugar público nos permite compreender as relações entre a vida pública e os espaços da cidade, e ainda pode se prestar à esfera pública ou privada, tendo assim um caráter dual em sua atuação. Para ele: “Todo lugar público é, ainda que esporadicamente, um subespaço da esfera pública, mas nem todas as ações da esfera pública se manifestam nos espaços públicos” (Queiroga, 2012, p. 216).

Para tanto, cabe aqui mencionar que na cidade contemporânea tem surgido diversos novos lugares – sejam públicos ou privados – que se concretizam perante às necessidades das novas informações, dos fluxos e, principalmente, do capital. A partir disso, Castello (2006, p. 78) denota esses novos espaços como “lugares geneticamente modificados”.

Esses novos lugares se apresentam sobre diversas conformações: “nos shopping malls, cenários históricos revitalizados, praças de

alimentação, locais de entretenimento, complexos esportivos, complexos híbridos, cinemas multiplex, museus, bibliotecas” (Castello, 2006, p. 78).

Anteriormente, Marc Augé (1994) definiu esses espaços como “não-lugares”. Caracterizados como espaços criados como/pela mercadoria, eles unificam e simplificam a vida, a arquitetura, os desejos e as relações dentro de si. Para esse autor, aeroportos, shoppings centers, grandes obras viárias, conveniências e fast foods, passam a reproduzir em suas estruturas características que os padronizam mesmo que em locais diferentes do globo; a cultura de massas passa a ser disseminada de acordo com moldes estéticos e consumistas, que buscam, acima de tudo, alienar as relações e disseminar novas necessidades às pessoas. Nesse mesmo ritmo, as cidades se modificam, na indústria, na publicidade, comércio, turismo, tornando-se uma alegoria de signos (Augé, 1994, p. 73).

O autor destaca que os não-lugares se apresentam na multiplicação de referências imaginárias, nas acelerações dos meios de transporte e nas mudanças de escala, e são produtos da supermodernidade. Nessa perspectiva, eles seriam essas instalações necessárias ao trânsito rápido – viadutos, pontes, túneis; os grandes centros comerciais; e até mesmo áreas criadas para abrigar pessoas, instalações efêmeras que podem ser replicadas em qualquer lugar. Segundo o autor:

*Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (Augé, 1994, p. 73).*

O não-lugar não possui relações/trocas sociais, identidade e não transmite, portanto, a história de um grupo, de uma sociedade.

Logo, o não-lugar se relaciona com o lugar, na medida que sempre existe uma relação entre os dois: um só existe sobre a forma do outro; o não-lugar existe sob a perspectiva da ausência do lugar. Ou ainda, o não-lugar pode vir a se tornar um lugar à medida que é apropriado, que ganha significado: “O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (Augé, 1994, p. 74).

A importância de se discutir os conceitos de lugar e não-lugar dentro do contexto da cidade contemporânea está na compreensão da atividade temporária como resistência e marco na criação de novos lugares, ou, simplesmente, da modificação dos não-lugares, garantindo a esses uma nova identidade específica. Para isso, cabe relacionar essas ações à novas formas de reinventar o “lugar” e de ressignificar a memória coletiva da cidade.

É nessa criação de novos lugares na cidade que as intervenções temporárias ganham corpo e podem ser tratadas como efetivadoras e promotoras do direito à cidade, aos espaços públicos e à vida coletiva. O lugar passa a ser resistente a um modelo de cidade fragmentada, hierarquizada e excludente, que nega as experiências da vida cotidiana e as vende a partir das necessidades do capital.

Portanto, as intervenções temporárias aparecem aqui como formas apropriadas de ocupação de espaços residuais na cidade, assim como de não-lugares, que, realçando o valor da arte, da cultura, da música, ou dos simples encontros e derivas casuais, são capazes de agitar e recriar lugares, fomentar novas relações e promover diversas práticas colaborativas, contribuindo para o espaço da cidade. Essas ações traduzem então uma forma de apropriação dos espaços públicos, que remodelam a vida urbana a partir das necessidades de diferentes pessoas e grupos diversos.

Assim, essas intervenções resultam de várias motivações, desde a resistência a uma ideia de cidade que segrega a vida pública a um combate a essa nova individualidade presente em nossa sociedade. Por motivos diversos, uns mais pessoais, outros mais coletivos, tais apropriações resultam em feiras livres, projetos de arte em comunidades, ocupação de praças de bairros, vendas ambulantes, festas ao ar livre ou simples grafites em

medianeiras abandonadas. A sua flexibilidade, diversidade – de público, de organização, de efeitos – e a fluidez com que acontecem, potencializam tais realizações e transgridem a formalidade estrutural do espaço público, ao lidar diretamente com as regras impostas pela cidade.

Pensando nisso, o uso de um espaço em determinado intervalo de tempo – mesmo que curto e pontual – por ações dotadas de significado e identidade, transmitem e criam lugares, sendo eles efêmeros ou não. Essa improvisação colide diretamente com a lógica racional de produção e utilização do espaço, reproduzindo um cotidiano marcado pela presença nas ruas, convívios reais e trocas simultâneas de experiências.

Entende-se, à vista disso, que as intervenções temporárias recriam e reestabelecem as condições necessárias à geração de novos lugares da cidade, proporcionando aos espaços subutilizados um novo caráter identitário – mesmo que temporariamente – e dotando-os de um significado comum às pessoas que dele partilham. O uso efêmero garante um ecoar de possibilidades cotidianas que podem ser usadas coletivamente, recorrendo às soluções simples como a utilização alternativa de mobiliários, o uso artístico das calçadas ou simplesmente o encontro grupal em um determinado local da cidade.

### **Aproximação: O Movimento “Eco Praça” na cidade de Natal - RN**

Como discutido, os Movimentos temporários diversos têm surgido nas grandes cidades como forma de resistência, para confrontar os padrões individualistas de vivência do espaço, as pressões do capital na mercantilização da cidade e um modelo de planejamento que segrega e exclui a vida pública. Nesse contexto, tem surgido nos últimos anos na cidade de Natal - RN, movimentos temporários diversos, representados por ocupações efêmeras materializadas na arte, na cultura e nas práticas de lazer, que retomam os espaços públicos tidos como subutilizados.

Tais ações, convertem o espaço público em palcos de eventos com expressões artísticas, como a dança e a música, com bazares culturais e outras oportunidades de trocas comerciais; e o mais importante, criam lugares afetivos e ativos que proporcionam

conversas e trocas de experiências. Segundo Alessandra Olivi (2012), esse controle do espaço pelos movimentos sociais adquire relevância particular em um contexto onde a privatização, a homogeneização, a mercantilização e a vigilância do espaço passam a alterar os valores públicos, sociais e políticos.

Nesse sentido, o movimento “Eco Praça” em Natal - RN se apresenta como um movimento efêmero de apropriações de praças subutilizadas, que conseguiu alterar, ainda que temporariamente, as suas funções e formas de apropriação de lugar de passagem para espaços de integração e convivência no cotidiano das comunidades onde se inserem.

Iniciado em 2013 na Praça dos Eucaliptos, localizada no bairro de Candelária, suas ações tiveram prosseguimento e destaque até o ano de 2016, promovendo a ocupação de dez praças em nove bairros – Candelária, Capim Macio, Potengi, Cidade Alta, Mãe Luiza, Ponta Negra, Neópolis e Petrópolis – do município; um espaço semi-público – a Cidade da Criança; e um espaço privado – a fundação Hélio Galvão, ambos em Natal. Ainda, em outros momentos, realizou

atividades no interior do estado do Rio Grande do Norte, nos municípios de Pedro Avelino e Lajes. Para este artigo, foram destacadas apenas as dez praças, excluindo as demais ocupações (Quadro 1 e Figura 02).



**Figura 2.** Localização por bairros das praças ocupadas pelo movimento entre 2013 e 2016 (fonte: produzido pelas autoras a partir de Carvalho, 2017).

**Quadro 1.** Localização das praças por bairros (fonte: produzido pelas autoras em 2018 a partir de Carvalho, 2017).

Praças	Bairros x Regiões Administrativas de Natal	
	Bairro	Região
Praça do Ralf	Lagoa Azul	Norte
Área de Lazer Panatis	Potengi	Norte
Praça André de Albuquerque	Cidade Alta	Leste
Praça 7 de Setembro	Cidade Alta	Leste
Praça Cívica	Petrópolis	Leste
Praça Edgar Borges	Mãe Luiza	Leste
Praça dos Eucaliptos	Candelária	Sul
Parque de Capim Macio	Capim Macio	Sul
Praça Central de Neópolis	Neópolis	Sul
Praça Omar O'Graddy	Ponta Negra	Sul

### Da configuração morfológica dos espaços: As praças e seus respectivos entornos

Ao tratar das dez praças discutidas neste artigo, cabe apresentar algumas notas sobre a configuração espacial e a divisão administrativa do município, assim como uma abordagem geral de alguns dos bairros

nos quais elas se inserem. De acordo com o Anuário Estatístico do município de 2018, publicado pela SEMURB4, Natal se divide em quatro regiões administrativas (Norte, Sul, Leste e Oeste), sendo a Região Norte a maior delas em superfície e em população, envolvendo sete bairros. Neste trabalho,

devido ao recorte da ocorrência das ocupações, foram analisadas dez praças localizadas nas regiões Norte, Sul e Leste, em nove bairros da cidade.

Para entender a inserção do movimento nessas regiões, cabe evidenciar alguns aspectos urbanísticos, especialmente os referentes à oferta de serviços e equipamentos coletivos. A Região Norte possui 55 equipamentos desportivos (quadras, estádios, campos de futebol) e 62 praças; a Região Sul possui 34 equipamentos e 87 praças; a Região Leste 16 equipamentos e 74 praças; e a Região Oeste, 18 equipamentos e 31 praças. Com isso, nota-se que a Região Oeste – única a não possuir intervenção em suas praças – é a mais carente de equipamentos de lazer públicos (SEMURB, 2018, p. 152).

Ainda com relação às atividades instaladas e à infraestrutura, os bairros de Candelária, Capim Macio e Ponta Negra (Região Sul) são predominantemente residenciais, com uma grande diversidade de serviços e comércios localizadas nas avenidas principais, e seus moradores, em sua maioria, se inserem nos extratos de média e alta renda, residindo em casas e apartamentos de médio e alto padrão. Enquanto os bairros de Mãe Luiza (região Leste), Potengi e Lagoa Azul (Lagoa Azul) concentram uma população de pouca renda (até três salários mínimos) e que vivem, em sua maioria, em condições de precariedade urbanística e de moradia (Semurb, 2018).

Com relação às praças escolhidas pelo movimento “Eco Praça”, cabe destacar: 44,44% das praças utilizadas estão localizadas em conjuntos habitacionais que deram origem ou impulsionaram a ocupação do solo dos respectivos bairros (Candelária, Lagoa Azul, Potengi, Ponta Negra e Neópolis), e muitas delas são espaços centrais em seus bairros, lugares mais legíveis e de maior movimentação de pessoas, moradores ou passantes. Constatado esse cenário, foi possível analisar a forma como o movimento enxerga a escolha e a ocupação dos espaços para a realização das suas atividades e a importância dessas escolhas para o sucesso das suas intervenções.

Como referido, as intervenções do movimento “Eco Praça” se caracterizavam inicialmente como ocupações simples, organizadas por poucas pessoas por meio das

redes sociais. Tais realizações ocorriam de forma despreziosa e se manifestavam em cangas estendidas, pequenas vendas, rodas de conversas e apresentações musicais pontuais. Para Adriana Sansão Fontes (2013), essas ações eventuais de poetização e reconquista da cidade se intensificaram nos últimos anos, muitas vezes motivadas pelas redes sociais, movidas por uma causa comum de usar a cidade, e buscam nas estratégias de intervenções temporárias reestabelecer um elo com o cotidiano e com a vida coletiva.

Com o avanço das experiências, as ocupações foram se ampliando e agregando novos participantes de diferentes tribos e idades, estimulando o surgimento de novas demandas e evidenciando a necessidade de estruturação do movimento, como o apoio do poder público e o patrocínio de empresas privadas. As ações se converteram em grandes encontros marcados por práticas esportivas, apresentações culturais e musicais, hortas urbanas, conversas e discussões sobre temas atuais, barracas gastronômicas e bazares de diferentes estilos; tendo como principais atores: os organizadores do movimento, expositores e apoios, moradores do entorno das praças analisadas e os participantes.

Mesmo estruturado em ações pontuais, o movimento “Eco Praça” reafirma a necessidade de reocupar a cidade através do corpo, do uso do espaço público e da coletividade transcrita nessas apropriações. Essas intervenções, tornam-se revolucionárias por criarem uma nova consciência sobre como ocupar os largos, parques, praças, de maneira simples e despreziosa; proporcionando através de diversos atrativos um novo sentido de lugar a esses espaços. Nesse sentido, também se encontra o olhar de David Harvey (2012), quando afirma que

*[...] as táticas das ocupações consistem em tomar um espaço público central [...] e convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. Essa tática [...] mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a*

*todos os outros meios está bloqueado (Harvey, 2012, p.64).*

Nesses novos movimentos, o ato de reocupar passa a ser uma luta constante por espaços mais dignos e uma melhor qualidade da vida urbana, seja ela proporcionada por uma infraestrutura mais eficiente, por maiores atrativos – música, arte, feiras ao ar livre –, assim como novas possibilidades de encontros, marcados por uma maior corporeidade na cidade, tudo isso acontecendo de maneira simples. Diante disso, torna-se relevante compreender as ações realizadas pelo movimento “Eco Praça” na busca da relação dessas práticas com o restabelecimento das condições de vitalidade – mesmo que temporárias – nos locais ocupados, como também o seu real significado para a população natalense e seus visitantes.

### **Percursos metodológicos e resultados prévios**

#### *Métodos e técnicas aplicados à pesquisa*

Buscou-se com este artigo demonstrar como as intervenções temporárias realizadas pelo Movimento “Eco Praça”, na cidade de Natal, durante o período de 2014 à 2016, tiveram um impacto significativo no uso e na apropriação das praças utilizadas pelas ações, assim como nos seus entornos, recorrendo-se a uma análise morfológica e perceptiva.

Cabe mencionar que a pesquisa foi estruturada em dois momentos: no primeiro foi realizada uma análise morfológica das praças e seus entornos a partir da observação e da catalogação de atributos físicos; no segundo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os principais agentes envolvidos. Neste artigo, recortamos apenas a análise morfológica, e para tanto, recorreu-se às contribuições dos seguintes autores: Philippe Panerai (2006), Ferdinando de Moura Rodrigues (2005), Roberto Lobato Corrêa (2004), Robba e Macedo (2002), Kevin Lynch (1990), Jan Gehl (2015) e Jane Jacobs (2014).

A primeira etapa da análise consistiu na escolha das intervenções a serem analisadas, baseando-se no recorte temporal e nos atores a serem entrevistados.

A partir do recorte, demonstrado no quadro 1, foram analisados os atributos físicos, aos

quais se agruparam em três níveis para uma melhor caracterização dos espaços ocupados:

1. configuracionais, onde se analisa o entorno imediato e os elementos constituintes das praças a partir de uma classificação tipológica;
2. perceptivos, destacando o significado e a legibilidade;
3. físicos e paisagísticos, com atenção especial para os equipamentos urbanos, o plano de suporte, a segurança e a arborização.

Ao tomar como referência a estrutura metodológica proposta por Panerai (2006), a análise configuracional foi estruturada para enfatizar a relação com a cidade e os padrões de ocupação do entorno imediato (levando em consideração as quadras mais próximas à praça) com destaque para os usos e atividades e a intensidade construtiva dada pelo gabarito. Essa análise dos padrões de ocupação também procura realçar as relações entre a arquitetura do entorno e a rua, destacando os graus de acessibilidade e integração (aberturas, fechamentos) nos termos definidos por Ferdinando Rodrigues (2005). A classificação das tipologias das praças teve como referência Robba e Macedo (2002), levando em consideração uma análise mais paisagística, e Rodrigues (2005) ao analisar de forma mais geométrica.

Quanto à percepção, utilizou-se os conceitos de visibilidade e legibilidade propostos por Lynch (1990), buscando compreender a imagem dos usuários sobre as praças no contexto da cidade, seja pela sua tipologia, pelo do reconhecimento visual e dos elementos simbólicos no seu entorno.

No estudo dos elementos físicos, considerou-se fatores como: grau de conservação, quantidade e distribuição dos equipamentos urbanos; os desníveis, rampas e acessos; segurança – presença de policiamento e sinais de vandalismo para caracterizar o plano suporte; quantidade de árvores, vegetação predominante, porte predominante, e relevância do sombreamento, sem levar em consideração análises quantitativas mais aprofundadas através dos conceitos de Robba e Macedo (2002).

#### *Alguns resultados da análise morfológica*

A partir desse estudo, tem-se que as praças localizadas na Região Norte (Praça do Ralf e Área de Lazer Panatis) possuem em comum



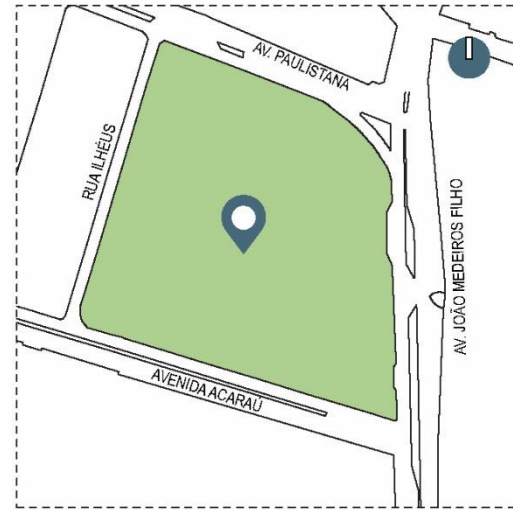
o fato de estarem em áreas mais degradadas e descuidadas do olhar do poder público. Os dois espaços têm seus equipamentos bastante depredados e necessitados de manutenção, apesar de constatarmos a intensidade do uso e da apropriação do lugar pela população residente no entorno e nos bairros onde se inserem.

A Praça do Ralf está localizada no Bairro de Lagoa Azul, mais precisamente no Conjunto Gramoré, entre as Avenidas Guáira e Tocantina, em uma área predominantemente residencial, de baixo gabarito e de fácil conexão com a cidade, além de estar adequadamente ajustada às necessidades do pedestre e ser totalmente permeável e acessível, física e visualmente. Diferente disso, observou-se que a Área de Lazer Panatis5 (figura 3) tem seu único acesso público em uma importante avenida coletora da cidade – Av. João Medeiros Filho –, fato que dificulta o acesso livre dos pedestres que circulam na sua outra margem, além de possuir um cercamento e ter seu horário de funcionamento limitado. Essas reflexões inferem em como o movimento tratou essas intervenções e as relações estabelecidas entre os ocupantes dessas áreas, as ações temporárias e os novos participantes, levados por essas realizações a participarem da ocupação.

As Praças André de Albuquerque, 7 de Setembro e Cívica ou Pedro Velho, localizadas na Região Leste, destacam-se pelo valor simbólico e patrimonial, principalmente por serem berço e palco das principais manifestações políticas e sociais ocorridas na cidade desde a sua fundação. Além disso, evidenciam-se nos seus entornos a presença marcante de edificações de valor patrimonial, grandes instituições governamentais, e a abundância de atividades de comércio e serviços, o que contribuiu para um fácil acesso dos participantes, resultando em ocupações de grande impacto organizadas pelo movimento.

A visibilidade e o reconhecimento desses espaços dentro da cidade favoreceram ocupações mais bem-sucedidas, principalmente devido à facilidade de acesso a esses – seja por meio do transporte coletivo ou mesmo individual – e por estarem localizadas em áreas centrais, com muito movimento e próximos de diversas atividades institucionais, como a prefeitura de Natal, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do

Norte e o Tribunal de Justiça do Estado. Ainda, trata-se de locais bastante permeáveis, sem cercamentos, desníveis ou barreiras físicas, fato que contribuiu também para esses usos.



**Figura 3.** “Eco Praça” na Área de Lazer Panatis, Região Norte, Natal (fonte: Carvalho, 2017).

Igualmente localizada na Região Leste, a Praça Edgar Borges traz características diferentes das mencionadas anteriormente, por se tratar de uma área mais periférica e de menos visibilidade dentro da cidade, ao se encontrar em um bairro residencial socialmente vulnerável socioeconomicamente (Mãe Luiza), e localizado em uma área de acesso mais restrito (sobre um morro). Apesar disso, em uma visão micro, o seu espaço físico é bastante permeável, de fácil reconhecimento no bairro por estar situada em sua área central, próxima à Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição e ao Centro Sócio Pastoral local.

No seu entorno, nota-se a predominância de edificações de uso comercial, de um pavimento e com fachadas de grande

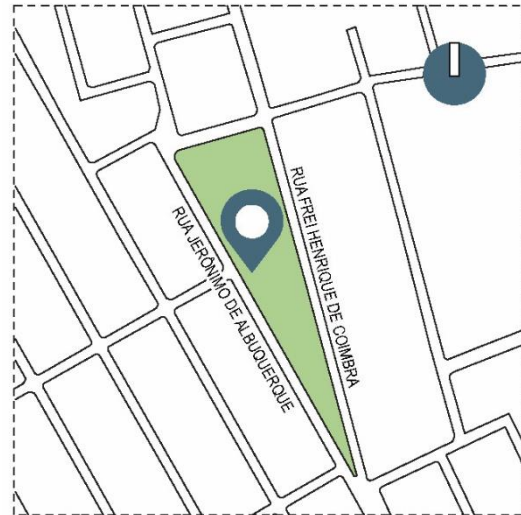
permeabilidade em relação ao espaço público. A praça não possui policiamento e apresenta sinais de vandalismo, assim como equipamentos depredados, mas, apesar disso, os moradores entrevistados afirmam que a área é tranquila e bastante frequentada em todos os horários. Contudo, durante a ocupação pelo Movimento “Eco Praça”, foi observada a pouca presença de participantes externos – de outros lugares da cidade, em comparação a uma participação destacada dos moradores do bairro.

Na Região Sul, a Praça dos Eucaliptos, localizada no bairro de Candelária, foi o espaço mais utilizado pelo movimento para suas intervenções, tendo sido ocupada sete vezes em três anos. Ao longo das análises e conversas com participantes e com a própria organização, notou-se que o fato se deu principalmente pela localização e a proximidade de moradia do organizador, mas também pelas características físicas e ambientais da praça. A Praça dos Eucaliptos (figura 4) se destaca pela sua centralidade, pela proximidade com vias estruturantes e instituições de destaque (Avenidas Salgado Filho e Prudente de Moraes e Universidade Federal), pela grande área sombreada proporcionada pelos eucaliptos durante quase todo o dia, além do fácil acesso no interior do bairro e entre esse e a cidade.

A escolha dessa praça para diversos eventos do movimento reafirma a importância geográfica, física e simbólica adotada na escolha do espaço a ser ocupado, o que demonstra certa exclusão de áreas mais periféricas e de difícil acesso. Apesar disso, é de suma importância apresentar a ocupação dessas praças como momentos de reapropriação, os quais, mesmo temporários, fomentaram discussões, encontros e outras ações, desencadeadas pelo movimento inicial da “Eco Praça”.

Ainda na Região Sul, o Parque de Capim Macio, a Praça de Neópolis e a Praça Anjo Azul, estão situados em bairros de classe média e de localização geográfica favorável no contexto da cidade. Os bairros de Capim Macio, Neópolis e Ponta Negra, destacam-se pela proximidade com avenidas principais da cidade – Avenida Roberto Freire, Salgado Filho e Ayrton Senna – e se constituem como importantes áreas residenciais, de serviço e comércio variados.

O Parque de Capim Macio foi o segundo espaço mais utilizado pelo movimento “Eco Praça”, tendo um total de seis ocupações realizadas entre os anos de 2014 à 2016. Todas as ocupações tiveram uma temática de apropriação: primavera, permanência e sustentabilidade criativa. Acredita-se que essa popularidade na escolha do Parque como palco ao movimento se deu, principalmente, devido a sua localização privilegiada e a existência de outros grupos ativos que já realizavam ações na praça.



**Figura 4.** “Eco Praça” na Praça dos Eucaliptos, Candelária, Natal (fonte: Carvalho, 2017).

### Considerações finais

Com as análises físicas, o contato com moradores dos entornos das praças e entrevistas realizadas com a organização, concluiu-se que em algumas situações, como o Parque de Capim Macio e a Praça Edgar Borges, a escolha do local pelo movimento foi motivada a pedidos de outros grupos atuantes nesses espaços. No Parque, o Grupo Amigos de Capim Macio, que já atuava com ações recorrentes no bairro, convidou a organização do “Eco Praça” a se mobilizarem

juntos; enquanto na Praça Edgar Borges, a ocupação foi realizada a pedidos da própria comunidade de Mãe Luiza por meio do seu Centro Sócio Pastoral. A partir disso, entende-se como necessária a importância de uma articulação constante entre os diversos movimentos sociais atuantes na cidade, seja por meio de parcerias, apoio ou reconhecimento.

A Praça Central de Neópolis e a Praça Omar O'Graddy (Praça Anjo Azul) em Ponta Negra, diferentes do Parque de Capim Macio, não se localizam em áreas com fluxo intenso de carros e pessoas, mesmo estando em áreas de centralidade nos seus bairros. As praças são bastante permeáveis visualmente e de fácil reconhecimento para quem não conhece os bairros; em Neópolis, seu maior uso ocorre pela manhã e final da tarde, principalmente por moradores do entorno; a praça Anjo Azul possui um uso menos frequente e se encontra mais depredada.

A Praça Central de Neópolis reúne significativa quantidade de equipamentos de esporte e lazer (quadras, academia, bancos), em sua maioria com problemas de manutenção. Tal situação, associada à iluminação precária, contribui para a sua subutilização, principalmente à noite. No caso da praça Anjo Azul, verifica-se a inexistência de equipamentos e a total ausência de manutenção, visto que o espaço se encontrava coberto de vegetação e lixo, o que contribui também para o seu pouco uso.

É importante destacar que a pouca iluminação no turno da noite, a degradação dos equipamentos das praças, assim como sinais de vandalismo, foram os indícios mais apontados pelos entrevistados como fatos agravantes da subutilização desses espaços. Nota-se o descaso do município enquanto gestor e mantenedor do espaço público, fato que tem contribuído para a estigmatização, estranhamento e medo em relação ao uso da cidade.

Por fim, conclui-se como a forma urbana das praças, assim como a relação com seus respectivos entornos, admitindo sua visibilidade e localização dentro da cidade, influenciaram a forma como as intervenções ocorreram – bem-sucedidas ou não. Admite-se que a diferença principal entre as ações – desde a quantidade de pessoas envolvidas, o número de atividades, a duração das ações – está intimamente ligada ao espaço escolhido

para as suas realizações. Pode-se afirmar que cada praça e seu entorno reagiu de maneira diferente às ações da “Eco Praça”.

Conclui-se ainda a constante necessidade de apropriação do espaço público, de forma efêmera ou não, de modo a reestabelecer as condições necessárias à democratização da cidade. Isso promoverá novos padrões de urbanidade e vitalidade e reconhecerá as conformidades existentes nesses espaços.

Portanto, entende-se que apesar do Movimento “Eco Praça” não ter obtido grandes transformações físicas nos espaços ao longo das suas ações, a sua significância se rebate no legado que é transmitido através da reinvenção de novos lugares na cidade. Assim como na criação de novos potenciais para o estabelecimento de novas relações de ação pessoa-ambiente e da promoção de uma memória coletiva movida por essas novas formas de resistir.

## Notas

1 De acordo com o *Tactical Urbanism Guide*, o urbanismo tático se refere a uma abordagem urbana, organizacional e/ou liderada pelo cidadão para construção do sentimento de vizinhança usando intervenções de curto prazo, de baixo custo e escaláveis. Essas ações podem vir através de um *parklet*, uma pequena praça, pinturas no chão, grafiteagem; e são catalisadores temporários que buscam interferir no espaço urbano para demonstrar, através de soluções simples, como ele poderia ser utilizado de uma forma melhor. Disponível em: <<http://tacticalurbanismguide.com/about/>>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

2 *Placemaking* é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos totalmente voltado para as pessoas, visando transformar ‘espaços’ e pontos de encontro em uma comunidade – ruas, calçadas, parques, edifícios e outros espaços públicos – em ‘lugares’, que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades mais saudáveis e felizes. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

3 Segundo Fabiana Dultra Britto e Paola Berenstein Jacques (2008), a corpografia seria a memória urbana no corpo, onde esse surge como um conjunto de condições interativas que expressa assim a sua corporalidade na forma da corpografia urbana. Essa corpografia é uma cartografia corporal, onde a experiência urbana se inscreve no próprio corpo daquele que a

experimenta, mesmo que involuntariamente (Carvalho, 2017, p. 28).

4 O Anuário Natal 2017-2018 publicado pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB) apresenta informações gerais e específicas do Município referente aos aspectos sociais, demográficos, territoriais, econômicos, de infraestrutura, de serviços públicos e culturais. Disponível em: <  
[https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/anuario\\_2016.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/anuario_2016.pdf)>. Acesso em: jun. 2018.

5 A Área de Lazer do Panatis é um complexo de cultura e lazer localizado entre as avenidas Dr. João Medeiros Filho, Paulistana e Acaraú, no bairro Potengi, na Região Norte de Natal. Possui uma área de 29.222 m<sup>2</sup> distribuída em pista de cooper, quadras, parques, pista de skate e áreas verdes. Fonte: Carvalho, 2017.

6 A Avenida Doutor João Medeiros Filho é a maior e mais importante via da Região Norte de Natal, tendo seu início no bairro da Redinha e fim no bairro de Igapó.

## Referências

Augé, M. (1994) *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 5 ed. São Paulo: Papirus. 111p.

Carlos, A. F. A. (2007) *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH. 85p.

Carvalho, M. C. R. (2017) *Práticas de resistência através de intervenções temporárias na cidade de Natal: o caso da Eco Praça*. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal – RN.

Castello, L. (2006) O lugar geneticamente modificado. *Arqtexto* (UFRGS), v. 9, p. 76-91, 2006.

Del Rio, V. (2003) Construindo o nosso lugar: Interseções entre o mundo interior e o ambiente. *Cadernos do Proarq*. 7(7), 03-19. Disponível em: <http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/cadernosproarq07.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2019.

Del Rio, V. (1990) *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini.

Fontes, A. S. (2013) *Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. v. 1. 398 pg.

Gehl, J. (2015) *Cidade Para as Pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva. 3 ed.

Harvey, D. (et al.). (2012) *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Editora Boitempo. 64 p.

Jacobs, J. (2014) *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed.

Lynch, K. (1990) *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 280 p.

Olivi, A. (2012) La política de los lugares: prácticas de resistencia en la ciudad contemporánea. In: *Jornada Sobre capital y territorio III*, Sevilla. Disponível em: [http://ayp.unia.es/dmdocuments/scyt3\\_com09.pdf](http://ayp.unia.es/dmdocuments/scyt3_com09.pdf). Acesso em: 15 jun. 2017.

Panerai, P. (2006). *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 198 pg.

Queiroga, E. (2012) *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 284 p. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Robba, F. e Macedo, S.S. (2002) *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado [Coleção Quapá].

Rodrigues, F. M. (2005) *Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais. Centro da cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana*. Niterói: EdUFF / ProEditores.

SEMURB. Prefeitura Municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. Anuário de Natal 2017. Natal, RN, 2018. Disponível em: <  
<https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

---

## Tradução do título, resumo e palavras-chave

---

*Temporary interventions in the public space of the city of Natal - RN: The case of the Eco Praça movement*

**Abstract.** *The current conformation of cities and the marked distancing of people from public space have provided the appearance of social movements of different natures that claim new forms of use and appropriation of space. In this context, the Eco Plaza raça movement appears in Natal-RN as a temporary intervention project that is based on social mobilization, stimulating the use of underutilized squares, promoting the transformation in its use and appropriation by the city's residents. This article, which results from an exploratory research, analyzes these processes and the significance of this movement as an action of resistance at the local level with an emphasis on the morphology of the squares and the perception of the agents involved directly and indirectly.*

*Keywords: appropriation of public space, alternative territories, resistance, place, Eco Praça.*

---

*Editor responsável pela submissão: Vinicius M. Netto*

*Licenciado sob uma licença Creative Commons.*

